

Humor e Educação: um enfoque sobre o analfabetismo (1915-1939)

Aluna: Bianca de Andrade Mantovani

Programa: Institucional FEUSP (sem concessão de bolsa)

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Ângela Borges Salvadori

Resumo

Este relatório final discute a relação entre escola, humor e educação, tomando como fonte primária a revista de variedades *Careta*, publicada entre os anos de 1915 e 1958 e digitalizada pela Biblioteca Nacional, o que permitiu maior facilidade na consulta do material. No trabalho com esse semanário, o foco central incidu sobre o tema do analfabetismo, procurando-se identificar críticas que, por meio do humor, da sátira e da ironia, foram direcionadas tanto às políticas públicas de educação promovidas pelo governo quanto aos sujeitos nelas envolvidos, com imagens repletas de preconceito contra os iletrados. O período escolhido para análise da revista é caracterizado por diversas mudanças no âmbito da educação nacional: iniciando com a fundação da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, em 1915, e finalizando em 1939, ano que marca o fim de uma década de profundas mudanças educacionais no país, por meio de medidas do Ministro Gustavo Capanema, presente durante longos anos no Ministério da Educação. A recuperação desse material permite analisar as repercussões dos movimentos de combate ao analfabetismo, bem como inseri-los no contexto social mais amplo em que ocorreram.

Palavras-chave: Analfabetismo, humor, história da educação.

Sumário

Lista de Figuras.....	3
Introdução	4
Objetivos e Metodologia.....	8
Fragmentos da História da Educação no Brasil na década de 1930	9
A revista <i>Careta</i> e as visões do analfabetismo, da educação e da escola	16
Considerações finais.....	45
Referências Bibliográficas.....	47

Lista de Figuras

Figura 1 – <i>CARETA</i> , set. 1932, v. 1264, p. 18.....	19
Figura 2 – <i>CARETA</i> , mai. 1933, v. 1298, p. 22.....	20
Figura 3 – <i>CARETA</i> , ago. 1934, v. 1365, p. 34.....	21
Figura 4 – <i>CARETA</i> , abr. 1935, v. 1398, p. 30	22
Figura 5 – <i>CARETA</i> , mar. 1931, v. 1185, p. 30	22
Figura 6 – <i>CARETA</i> , nov. 1931, v. 1222, p. 4.....	23
Figura 7 – <i>CARETA</i> , out. 1932, v. 1268, p. 25.....	24
Figura 8 – <i>CARETA</i> , jul. 1935, v. 1414, p. 17	25
Figura 9 – <i>CARETA</i> , ago. 1935, v. 1416, p. 17.....	26
Figura 10 – <i>CARETA</i> , mai. 1936, v. 1455, p. 38	27
Figura 11 – <i>CARETA</i> , dez. 1935, v. 1436, p. 17	28
Figura 12 – <i>CARETA</i> , abr. 1936, v. 1450, p. 17	29
Figura 13 – <i>CARETA</i> , abr. 1936, v. 1450, p. 27	30
Figura 14 – <i>CARETA</i> , mai. 1936, v. 1455, capa	31
Figura 15 – <i>CARETA</i> , jul. 1936, v. 1464, p. 19.....	34
Figura 16 – <i>CARETA</i> , jul. 1936, v. 1466, p. 31	35
Figura 17 – <i>CARETA</i> , out. 1936, v. 1478, p. 16.....	36
Figura 18 – <i>CARETA</i> , nov. 1936, v. 1484, p. 26.....	37
Figura 19 – <i>CARETA</i> , fev. 1937, v. 1497, p. 18.....	38
Figura 20 – <i>CARETA</i> , abr. 1937, v. 1504, p. 33	39
Figura 21 – <i>CARETA</i> , jun. 1937, v. 1514, p. 19.....	40
Figura 22 – <i>CARETA</i> , jul. 1937, v. 1519, p. 10.....	40
Figura 23 – <i>CARETA</i> , jun. 1938, v. 1565, p. 48.....	41
Figura 24 – <i>CARETA</i> , dez. 1938, v. 1590, p. 42.....	42
Figura 25 – <i>CARETA</i> , fev. 1939, v. 1600, p. 46.....	43
Figura 26 – <i>CARETA</i> , mai. 1939, v. 1613, p. 48.....	46

Introdução

Entender como as pessoas liam, construíam e transmitiam significados, através da imprensa, é entender a sensibilidade e a historicidade de uma época.

(VELLOSO, 2008)

Este segundo momento da pesquisa focou o período entre 1931 e 1939, contemplando, portanto, uma época de intensas mudanças em termos tanto das políticas institucionais de educação quanto sociais. Baseados na análise do semanário *Caretá*, em busca de artigos e imagens que ressaltassem a questão do iletramento da população entre os anos de 1915 e 1939, procuramos compreender as relações no tempo e identificar as estratégias dos editores na construção de visões sobre o analfabetismo veiculadas no periódico. Foi com base no rico material coletado e no diálogo com a bibliografia pertinente que se constituíram as análises presentes neste relatório.

Tomar um veículo da imprensa como fonte de estudo para examinar questões históricas relacionadas ao analfabetismo em um determinado recorte temporal permitiu que analisássemos tanto o papel crítico que o semanário expunha, com seus artigos e charges, quanto o papel social que uma revista de variedades exercia.

As revistas ilustradas ou de variedades representaram um grande marco na história dos periódicos, pois, por serem de fácil e agradável leitura, fizeram parte da vida dos leitores, o que pode ser indiciado pelo grande sucesso editorial que tiveram no Brasil desde finais do século XIX. Diante do ainda míngua público leitor, esse tipo de publicação buscava abarcar grande número de assuntos com o objetivo de atender demandas diversas. Em suas páginas, encontramos matérias relacionadas às questões femininas, páginas infantis, esporte, teatro, cinema, entre outros assuntos capazes de captar todos os segmentos de leitores da sociedade (LUCA, 2006).

No que se refere particularmente à revista *Careta*, observa-se o ecletismo temático de suas publicações, tendo o humor como diretriz de suas críticas aos acontecimentos da época. É interessante notar como o periódico, marcado pelo humor, permite recuperar visões polissêmicas sobre a questão do analfabetismo, uma vez que, pela sátira, criticava as medidas adotadas por diferentes esferas de governo, indicando seus limites e falhas e, ao mesmo tempo, ridicularizava a população analfabeta ao caricaturá-la.

De acordo com Velloso (2006), o diálogo com as linguagens visuais permitia maior atração de um público que, todavia, não era totalmente alfabetizado. Levando em conta essa premissa, percebe-se que as revistas deveriam fascinar o leitor e, mesmo assim, não deixar de transmitir sua mensagem ou crítica, fazendo isso por meio de propagandas, charges, ilustrações bem humoradas, as quais deveriam ser centralizadas no visual. Em busca de atingir o grande público e expressar-se livremente, a imagem como linguagem configurou-se como um item de extrema importância na imprensa. Esse diferente uso da língua foi anunciado por Raúl Pederneiras, na “Ode à caricatura”:

*O que as palavras exprimir não podem
O que às pessoas e à língua a lei veda
Pode o lápis dizê-lo impunemente
No papel branco saracoetando*
(PEDERNEIRAS apud. VELLOSO, 2006, p. 328)

As revistas de variedades configuravam-se, portanto, como um recurso de entretenimento para os leitores. Aliando humor e material iconográfico, procuravam alcançar o cotidiano de seu público, tornando a imprensa mais familiar a todos. O redator do periódico tinha papel fundamental nesse quesito de atrair a população para suas publicações, pois deveria ser capaz de “sintetizar e expressar as ambiguidades sociais, através da linguagem satírico-humorística” (VELLOSO, 2006, p. 315).

O primeiro periódico que se valeu da ilustração com cunho humorístico é datado de 1860 e se chamava *Semana Ilustrada*. Os desenhos eram feitos pelo artista alemão Henrique Fleiuss. Essa revista teve duração de dezesseis anos e contou com a presença de grandes nomes da época, como Machado de

Assis, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, entre outros (MOREL e BARROS, 2003). A partir de então, outras revistas que adotaram essa nova linguagem passaram a existir e, em 1876, Ângelo Agostini, grande nome da caricatura, fundou a *Revista Ilustrada*, periódico que tinha o intuito de retratar o Brasil marcando sua pluralidade, desenhando “o povo da rua, o português da venda, a empregada mulata, o pessoal da lira, a festa da Penha, o carnaval” (LUSTOSA, 2003, p. 304).

O uso constante de imagens satíricas também pode ter sido um recurso para que esse tipo de publicação alcançasse leitores mesmo no universo dos iletrados. Talvez se possa afirmar que as imagens permitiam a inclusão dos analfabetos em uma das dimensões do mundo da leitura. As caricaturas e sátiras publicadas nas páginas de humor estavam repletas de fisionomias, posturas, gestos e cores que comunicavam para além do texto. Em tempos nos quais os índices de analfabetismo eram bem altos no país (de acordo com o censo de 1940, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais era de 55,9%), mesmo considerando os índices melhores do Rio de Janeiro, então capital da República, a abundância de imagens e as sátiras feitas iconograficamente podiam chamar à “leitura” mesmo aqueles que não conheciam as letras.

A atenção à linguagem visual das revistas de variedades foi fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho, uma vez que parte considerável do material encontrado sobre analfabetismo está expresso em imagens, particularmente imagens satíricas. Com isso, o produtor da revista tinha dois intuitos: lançar “ácidas” críticas às medidas governamentais relacionadas à educação e, concomitantemente, satirizar o analfabeto – provocar o riso na população estigmatizando os iletrados, muitas vezes identificados como “chaga social”.

A revista *Careta*, detentora de um excelente padrão gráfico e editorial, fundada por Jorge Schmidt, contava com ilustradores renomados, como Raúl e J. Carlos, os quais também trabalharam em outras revistas contemporâneas, deixando suas marcas em desenhos inovadores nos quais imprimiam críticas recheadas de humor, vinculadas, em especial, ao cotidiano da população carioca. Em relação ao analfabetismo, encontram-se tanto críticas ao que era

visto como inércia do governo quanto estereótipos sobre a população iletrada.

Fazendo uma comparação entre os períodos analisados – o tempo avaliado no primeiro relatório, compreendido entre 1915 a 1930, e o intervalo de 1931 a 1939, examinado no presente relatório –, pode-se depreender que a preocupação com os índices de iletramento no país tornou-se mais presente e as temáticas da escola, da educação e do analfabetismo foram se tornando cada vez mais constantes nas páginas do periódico.

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, a forte presença dos ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema, a discussão sobre o papel social da educação, entre outros fatores, promoveram a difusão dos debates, reformas, congressos, medidas, leis e planos educacionais que entraram em vigor nesse período. Pode-se perceber a repercussão desses movimentos nas páginas da *Careta* devido à maior intensidade no tratamento dos temas educacionais e ao adensamento das charges e piadas. Dois acontecimentos são particularmente interessantes para a nossa pesquisa: um deles foi a publicação, no ano de 1936, da primeira revista *Careta* cuja capa abordava o tema educação; o outro, a presença de seis matérias vinculadas às temáticas educativas na coluna permanente chamada “*Looping de Loop*”, seção da *Careta* que era marcada pelo teor crítico. Essa coluna, presente na maioria das edições da revista, sempre buscou retratar, por meio de artigos, algo que estivesse em voga na época, tanto na esfera nacional – tratando de questões referentes à política, à educação e ao trabalho – quanto na esfera internacional – como as duas grandes guerras, a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, entre outros fatos.

Tomando como comparação os quinze anos contemplados na primeira parte da pesquisa, percebe-se que o tratamento do iletramento da população nas páginas do semanário não havia sido tão forte como o que se viu nos objetos de análise encontrados nos anos 1930.

Compreender essa intensificação exige identificar as mudanças pelas quais a história da educação brasileira passou naquela década, com ênfase nas políticas de combate ao analfabetismo. Assim, nos próximos tópicos, tentaremos recuperar algumas dessas mudanças para, em seguida, analisarmos os textos e imagens que foram encontrados na revista.

Na composição deste relatório final, procuramos combinar a documentação primária com a discussão teórica acerca da história da educação naquele período.

Objetivos e Metodologia

Nosso objetivo nessa pesquisa de iniciação científica foi analisar o semanário *Careta*, revista de variedades veiculada no Rio de Janeiro entre os anos de 1908 e 1960. Em suas páginas, buscamos artigos, charges, propagandas, medidas governamentais, entre outros elementos, que se relacionassem com o tema do analfabetismo. Percebemos que a figura do analfabeto, muitas vezes, foi veiculada por meio do humor – ora procurando hostilizar o iletrado, ora problematizando as iniciativas governamentais que visavam diminuir os índices de analfabetismo do país.

A revista *Careta*, em geral, possuía entre 40 e 50 páginas com temáticas variadas, típicas de um momento no qual, consolidada como empresa, a imprensa procurava expandir seu público leitor. Neste projeto, levamos em consideração o lugar dessa imprensa – em particular, das revistas ilustradas de variedades – no processo de formação de um público leitor educado, urbano, civilizado e, deste modo, alinhado a valores também difundidos pela escola.

Frente a isso, no trabalho com as fontes e por meio da pesquisa bibliográfica, buscamos analisar a relação entre escola, humor e educação, com especial enfoque ao analfabetismo. A linguagem humorística – ambígua e “ácida” – contribuía tanto para produzir e difundir estereótipos sobre a figura do analfabeto quanto para criticar as medidas adotadas pelo Estado, em suas diferentes esferas, no sentido da plena escolarização da população.

Em um ano de pesquisa, trabalhamos com os números da *Careta* publicados entre 1915 e 1939. No relatório parcial, apresentamos o resultado da análise dos números publicados entre 1915 e 1930. Para este relatório final, reservamos a análise dos números publicados entre 1931 e 1939.

A fim de organizar a escrita do relatório final, optamos por dividi-lo em três eixos principais, tomando como marcos fundamentais elementos das políticas públicas de educação para a década de 1930.

A primeira parte compreende os anos de 1931 a 1933. As imagens coletadas no semanário são analisadas à luz da entrada de Getúlio Vargas no poder, das ações do então ministro Francisco Campos e suas medidas educacionais e, também, da realização da IV Conferência Nacional de Educação. A segunda parte vai de 1934 a 1939, período no qual a educação sofreu, como interferência fundamental, o ingresso de Gustavo Capanema no Ministério da Educação. As alterações nas diretrizes de ensino, promovidas por Capanema, geraram uma série de conflitos políticos. Esse período foi marcado também pela instauração do Estado Novo a partir de 1937. Aliás, dentro dessa segunda parte, podemos estabelecer uma subdivisão: dos anos de 1937 a 1939, já sob o totalitarismo típico do Estado Novo.

Fragmentos da História da Educação no Brasil na década de 1930

Não precisamos de um ministério de cultura propriamente dito. Necessitamos, sim, de um aparelho capaz de disseminar o ensino em todos os seus graus e educar as massas, prevenindo-as contra os desesperos da época e os agentes de subversão que nos ameaçam.
(Osvaldo Orico na coluna “*Looping de Loop*” do exemplar 1438 da Revista CARETA, 1936)

Durante os anos de 1930, o Brasil vivenciou a passagem de três formas de governos diferentes, cada um com suas particularidades, sendo eles o Governo Provisório, de 1930 a 1934; o Governo Constitucional, entre 1934 e 1937; e o Estado Novo, a partir de 1937. Em meio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, este tomou diversas medidas centralizadoras, como a dissolução do Congresso Nacional, criação do Departamento Nacional do Café, criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio e, ademais

dessas medidas, as quais concentravam cada vez mais o poder nas mãos deste presidente empossado, criou-se, em novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde, o qual teve, como seu primeiro ministro, Francisco Campos (1930-1932).

Havia uma preocupação com três temáticas fundamentais: saúde, educação e trabalho. Essa era a tríade na qual apostava o governo para a “regeneração” do brasileiro. A implantação da escola primária obrigatória em 1934, simultaneamente, atendia aos preceitos desse projeto e procurava contemplar demandas de diferentes grupos sociais, entre eles as classes populares. Ideologias e pensadores foram se afirmando com a crença de que a educação transformava o cidadão, mas defendiam ideias distintas sobre como deveria dar-se a educação no país, se deveria ser privada ou pública, para elite ou para as massas, religiosa ou leiga, enfim, discutiam acerca de rumos que a educação tomaria.

Um dos mais marcantes exemplos daqueles anos de agitados debates encontra-se no confronto entre alguns educadores ligados ao movimento da Escola Nova – que defendiam a escola pública, universal, gratuita, com igualdade de oportunidades e leiga – e grupos vinculados à igreja católica, que postulavam a educação como doutrina e a presença do ensino religioso nas escolas. A proximidade entre o ideário de tendência fascista de Vargas e a doutrina católica levou a uma aproximação entre ambos e a uma tentativa de conciliar esses pressupostos com as reformas educacionais que se colocavam como modernas e progressistas.

Essas discussões estiveram presentes tanto na ação do ministro Francisco Campos quanto na de seu sucessor, Gustavo Capanema. O primeiro, no que tange ao ensino superior, criou condições para o surgimento de grandes universidades, e, no que diz respeito ao secundário, valeu-se de estratégias para a sua modernização, como o currículo seriado, dividido em dois ciclos, a frequência obrigatória, um sistema de avaliação discente, entre outras implementações que davam mais valor a essa modalidade da educação básica. Ou seja, foi nessa época que houve uma intensa normatização na

educação brasileira consolidada na chamada “Reforma Francisco Campos” (1931). Esta Reforma “marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização” (DALLABRIDA, 2009, p.185).

Campos idealizava a formação tanto das elites quanto das classes populares, mas não da mesma forma. A ênfase nos níveis secundário e superior indica uma preocupação maior com a formação de elites econômicas e intelectuais.

No que diz respeito às medidas efetivas do ministério de Campos, vê-se que, entre abril de 1931 e abril de 1932, ele criou o Conselho Nacional de Educação, fundou a Universidade do Rio de Janeiro, reformulou o ensino secundário e reformulou o ensino comercial (FREITAS; BICCAS, 2009).

Quando Campos deixa o Ministério da Educação, em 1932, é substituído por Washington Pires, que fica até 1934, quando seu sucessor, Gustavo Capanema (1934-1945), assume a frente do Ministério. Capanema é tido, por muitos, como um ministro esclarecido, defensor da cultura e promotor da educação no país (SCHAWARTZMAN, 1984, p. 13).

A fim de analisar os onze anos de Gustavo Capanema frente ao ministério, toma-se como base o livro *Tempos de Capanema* (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984), o qual tem como fonte principal os arquivos pessoais do ministro, doados ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Para os autores, estudar os tempos de Capanema é

[...] abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim, entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios.

(SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 15).

Uma das características presentes no mandato de Capanema é o fato de ele não colocar de lado a cultura brasileira. Pelo contrário, os modernistas, figuras rechaçadas anos anteriores, foram bem vindos para ajudá-lo a construir uma cultura nacional e incentivar a população a adquiri-la.

Promover a difusão de uma cultura nacional era a preocupação do ministro Capanema, que buscava, juntamente com seu chefe de gabinete, Carlos Drummond de Andrade, manter contato com os modernistas da época, a fim de aumentar os estudos e o interesse da população pelo folclore, pelas artes plásticas, pela poesia e pela música.

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, a formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar.
(SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 79).

Para tanto, havia um documento nos arquivos do então ministro da Educação em que se ambicionava a criação do Departamento de Propaganda do Ministério da Educação, o qual buscava atingir a todas as camadas populacionais, exercendo influência cultural, esclarecendo, orientando e edificando a cultura de massa. É interessante ressaltar que toda essa preocupação estava vinculada a um projeto político de cunho nacionalista, preocupado com o estabelecimento de uma memória nacional de caráter mais oficial que consagrasse símbolos de unidade, hierarquia e civismo.

Se, de um lado, havia uma aproximação com as vanguardas modernistas, por outro, pode-se identificar também uma forte influência do pensamento católico e de um de seus porta-vozes junto ao ministério, o professor Alceu Amoroso Lima. Como metas gerais, a educação deveria estar a serviço da construção de uma nação pensada de modo sacralizado, marcada pela unidade, pela amenização dos conflitos sociais, cristã e católica.

A Constituição de 1934 já contemplava a educação de jovens e adultos analfabetos como interesse da União, aparecendo como ensino primário gratuito, com frequência obrigatória, conforme diz o art. 150, parágrafo único, item a: “o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 211). Mas isso ocorria de modo indireto, facultando aos adultos analfabetos a presença no ensino primário, sem a existência de uma modalidade específica destinada a essa população.

No mandato do ministro Capanema, a tarefa educativa era vista como algo formador de mentalidades, construtor de um cidadão pleno, conhecedor das artes, da cultura nacional, da música, das letras, observando-se a importância da música, do cinema e do rádio educativo tanto dentro como fora das escolas.

Em 1936, estudantes, professores, jornalistas, cientistas, escritores, entre outros, receberam um questionário para auxiliar na elaboração do Plano Nacional de Educação. Tal questionário tinha 213 perguntas que contemplavam todos os aspectos do ensino que se fizessem válidos para a constituição de um sistema educacional de qualidade.

Em 1937, é redigido o texto final do Plano Nacional de Educação, o qual continha 504 artigos ao longo de cem páginas e pretendia não só resolver as questões de ensino do país, mas também aspectos de ordem econômica, política, social e moral. O artigo primeiro determinava que o Plano não poderia ser alterado nos primeiros 10 anos de vigência. A educação nacional era defendida com a função de “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais, intelectuais e atividades físicas” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 182).

A primeira parte deste novo plano tratava da liberdade de ensino de acordo com a disciplina que cada professor ministrava, do ensino de religião assegurado de acordo com a religião de cada aluno, da educação moral e cívica ministrada obrigatoriamente, com parte teórica e prática. A segunda parte do plano tratava das instituições de ensino e da diferenciação dos tipos de ensino. O ensino comum consistia no pré-primário e era voltado para crianças órfãs ou filhas de mulheres trabalhadoras. O secundário era dividido em ciclo fundamental, com cinco anos de duração, e complementar, de dois anos. Por fim, o ensino especializado compreendia o nível elementar e superior. O ensino superior dividia-se em três partes:

[...] [o de] *caráter cultural puro, para o desenvolvimento da pesquisa e o ensino artístico, literário, científico e filosófico de ordem especulativa; o de caráter cultural aplicado, que era o de ensino das profissões liberais regulamentadas; e o de caráter técnico, que era uma forma de aprofundamento de*

conhecimentos obtidos nos cursos secundário e profissional médio

(SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 184).

Havia também a educação profissional das mulheres, voltada para o ensino doméstico a partir dos 12 anos e com duração de três anos.

Foi no nível de ensino secundário que as reformas de Capanema mais focaram. Esse nível deveria refletir a divisão econômica-social do trabalho, funcionando como desenvolvimento das habilidades e mentalidades de acordo com os esforços exigidos no dia a dia. Sendo o único que dava acesso à universidade, tinha conteúdo essencialmente humanístico e os alunos que não conseguissem passar pelo exame de admissão ao ensino secundário teriam que optar pelo ensino industrial, agrícola ou comercial, preparando-se para o ingresso no mercado de trabalho.

A escola de nível secundário era importante, pois deveria formar no cidadão a consciência patriótica, ou seja, com práticas educativas era proposto que se incutisse na mente dos alunos preceitos de ordem moral e ética, valorizando o indivíduo crente em Deus, pregador da religião e dos bons costumes. Esse ideário educativo era uma forma de o governo influenciar a educação, pois, segundo afirmava o ministro,

[...] qualquer escola, seja qual for o grau ou ramo de ensino [...] deve incluir no programa de seus trabalhos a educação moral. Não basta o saber e a técnica [...]. A educação moral deverá despertar e endurecer no seu coração a virtude [...] que o ensino religioso é das bases mais sólidas."

(SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p.193).

Por aí se pode observar quão importante era considerado o ensino secundário, junto com a educação moral e cívica, para a formação do cidadão nacional, do homem que deve assumir responsabilidades perante a nação.

A fim de criar um ritual de passagem pela escola como formadora da vida de cada ser humano, foi instituída a obrigatoriedade da frequência à escola primária. Com isso, pretendia-se fornecer à instituição escolar o

benefício da influência sobre a vida das crianças, vendo-a como a veiculadora dos valores corretos a serem seguidos.

Por fim, é importante ressaltar o balanço geral da reforma no ensino secundário e, em um plano mais amplo, da reforma do ensino no país, em todas as modalidades. As ciências não foram totalmente excluídas, e sim agregadas a uma única matéria, denominada Ciências Naturais. A religião garantiu seu lugar no ensino e a instrução pré-militar tornou-se obrigatória nas instituições públicas e privadas. A educação moral e cívica deixou de ser uma disciplina particular e passou a atuar em todos os âmbitos educacionais, com seus preceitos transmitidos em todas as matérias.

Nas mudanças educacionais, observa-se que Capanema deu mais atenção à educação das elites, colocando em segundo lugar a educação das classes populares. Há um favorecimento da iniciativa privada na educação, que passa a contar com subsídios públicos. Portanto, vê-se um ensino de qualidade para as elites e um ensino básico ou profissional para as classes populares.

Esse desfavorecimento da educação pode ser visto pela reforma de 1937 do Ministério da Educação, em que se transferiu a responsabilidade pelo ensino industrial para a Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação e as Escolas de Aprendizes e Artífices se transformam em liceus industriais, os quais, em 1939, já atendiam cerca de sete mil alunos.

O que muda também é a visão que se tem sobre esse tipo de ensino. Desde sua criação, era visto como educação caritativa, com finalidade de tirar os pobres da ociosidade. No entanto, a partir de 1930, outras concepções começam a surgir, tendo por trás delas o desenvolvimento do ensino industrial buscado pela Federação Nacional da Indústria e pela Federação das Indústrias de São Paulo, sem desatrelar, contudo, a ideia de este ensino ser destinado aos pobres.

Pode-se afirmar, então, que naqueles tempos a educação voltada ao ensino das técnicas profissionais continuava vista como destinada ao trabalhador, sofrendo discrepância de prestígio e de questões pedagógicas se comparada ao ensino secundário e superior.

Considerando toda a história acima retratada, percebe-se que a década de 1930 compreendeu um período repleto de mudanças educacionais. Tais mudanças podem ser acopladas à questão do analfabetismo da população, pois, com as medidas relacionadas ao ensino, observa-se que, de acordo com os censos registrados, houve uma queda de 10% do índice de analfabetos no país: a população analfabeta de 5 anos ou mais, em 1920, era de 71,2% – já no censo de 1940, esse indicador reduziu-se para 61,2%; a população analfabeta de 15 anos ou mais, em 1920, era de 64,9% – no ano de 1940, representava 55,9% da população brasileira.

Não obstante, o índice de analfabetos ainda era alto, mas a redução pode ser observada de acordo com o novo governo, que pretendia colocar o país nos trilhos do progresso, almejando o desenvolvimento da população em sua totalidade.

A mídia analisada, a revista *Careta*, veicula essa vontade de evolução social, pelo fato de a educação passar a ser um tema mais recorrente em suas páginas e por criticar, com mais afinco, as políticas públicas do governo. As denúncias constantes contra o alto índice de analfabetismo em que a população se encontrava mostravam as visões sobre os rumos da educação do país. Tais denúncias eram, em sua maioria, efetivadas por meio do humor, transmitindo as decisões do governo de uma forma mais branda, sem deixar de lado, porém, as “ácidas” críticas às políticas públicas.

A revista *Careta* e as visões do analfabetismo, da Educação e da escola

No mundo moderno, ser alfabetizado ou não é uma característica distintiva dos sujeitos. No imaginário contemporâneo, atribui-se a essa propriedade um prestígio social e, à sua ausência, uma ideia de inacabamento, infantilização, impotência e incompetência. O analfabetismo aprofunda as desigualdades sociais.

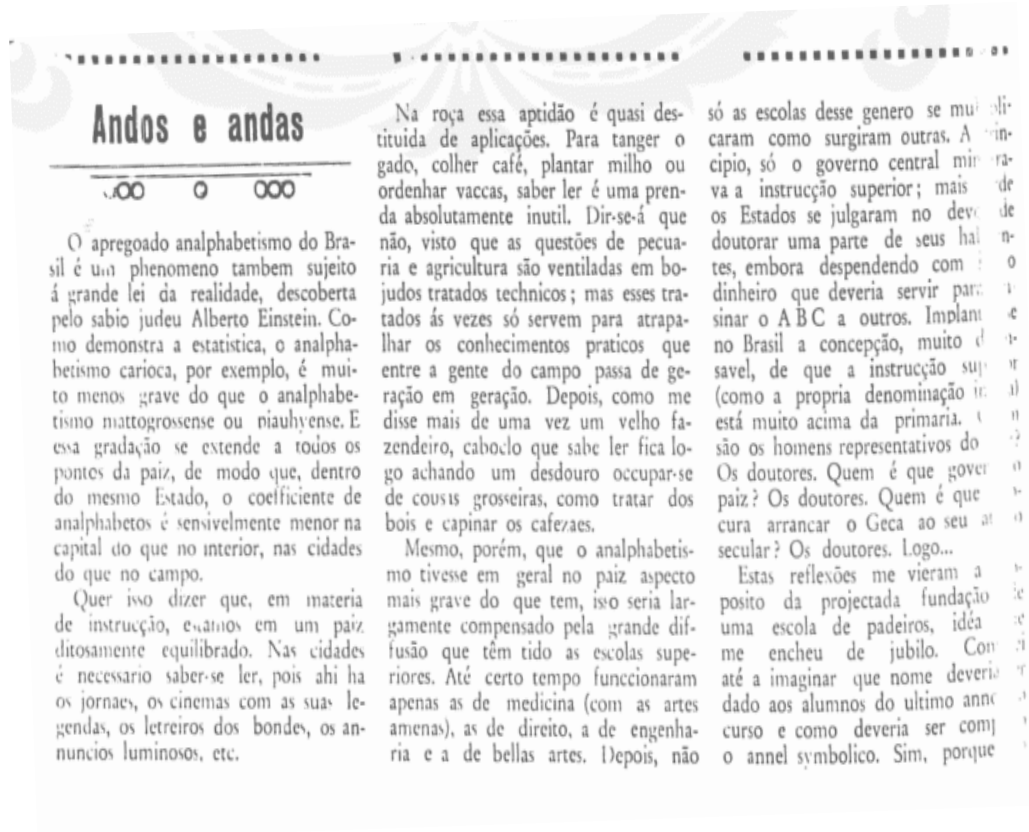
O analfabetismo pode ser estudado de muitas formas, utilizando-se fontes como textos escritos e dados censitários. Porém, a fonte utilizada neste projeto para discorrer sobre o iletramento da população na década de 1930 é a revista *Careta*, que veiculava, por meio de charges e críticas escritas, uma visão sobre os processos educacionais ocorridos no momento analisado.

A sátira e o tratamento irônico de qualquer tema só são válidos quando este é recorrente na sociedade e quando há discussões acerca disto. Ou seja, a sátira ao analfabetismo da população passou a existir porque esse assunto se tornou recorrente nas discussões governamentais a partir da década de 1930. Devido a esta mudança de regime governamental, que antes era oligárquico, as classes populares foram incorporadas ao governo, o qual transmitia a ideia de que o presidente trazia melhorias para o país visando ao bem estar do povo, dando a ideia de um governo preocupado com o social. Com isso, a Educação exerceu papel fundamental, pois, oferecendo educação ao povo, o governo se mostrava mais comprometido com as causas populares.

A imprensa, naquele momento, já organizada de modo plenamente empresarial, buscava, por diversos meios, estabelecer uma relação do autor com o leitor, falando de temas que envolvessem diferentes segmentos e, no caso analisado neste relatório, criticar o governo e, ainda assim, satirizar o analfabeto utilizando piadas com senso crítico.

Como exemplo disso, pode-se observar a Figura 1, publicada em 1932, que reproduz um artigo no qual se vê uma preocupação com o analfabetismo do país. No texto assinado pelo pseudônimo “Micromegas”, o preconceito não deixava de existir em relação àqueles que não detinham o conhecimento da leitura e da escrita. O texto toma caminhos ambíguos, em que não sabemos se o autor está falando sério ou se está jocosamente “tirando um sarro” das políticas públicas que incidiram mais sobre os ensinos secundário e superior. O artigo reconhece que o analfabetismo no Brasil é alto, referindo-se a esse índice como “o apregoado *analphabetismo*” (*CARETA*, set. 1932, v. 1264, p. 18). No entanto, ele mostra a visão preconceituosa de que existe um “analfabetismo equilibrado” no país, pois “o *analphabetismo* carioca, por

exemplo, é muito menos grave do que o *analfabetismo mattogrossense* ou *piauihyense*” (CARETA, set. 1932, v. 1264, p. 18), defendendo a ideia de que nas cidades e capitais é necessário que o indivíduo seja conhecedor das letras, pelo fato de, por estar inserido neste meio, ser colocado em confronto com as palavras em placas, jornais, cinemas, tornando a necessidade de ler maior do que em outros contextos. No campo, por exemplo, a leitura não se faz presente por nenhum meio – “saber ler é uma prenda absolutamente inútil” (CARETA, set. 1932, v. 1264, p. 18) – e há o temor de que se uma pessoa aprender e ler e escrever ela se recusará a fazer o trabalho braçal. O autor do texto também satiriza os cursos menos prestigiados, como os oferecidos pela fundação da escola de padeiros. Com ironia, afirma que esses cursos deveriam ter a mesma importância que qualquer outro curso que forma doutores e, ao concluí-los, os formandos deveriam receber um anel em forma de rosquinha, para mostrar que todos os tipos de ensino devem ser valorizados. Por meio dessa sátira, o autor criticava as medidas governamentais, preocupadas demais com o ensino superior, e questionava sobre o real valor dos diplomas ao tratar um anel de formatura como “rosquinha”.



das as escolas superiores essas duas
mas tão indispensáveis. Já tínhamos,
longa data, os doutorandos e os
parielandos. Depois vieram os phar-
colandos, vocabulo um tanto bar-
ro, mas que se adoptou, *faute de
mieux*. Crearam-se depois os odontó-
logos: denominação que, etymologi-
camente, deveria significar: os que
começam a ter dentes; mas passou
a ser julgado. Hoje em dia ha veteri-
nariolandos, aviadorandos e outros, nos
dous generos, pois que as mulheres
estão avançando em todas as profis-
sões masculinas, não se contentando
com a situação de simples parteirolan-
das e professorandas.

Mas, como ia dizendo, a criação da
escola de padeiros trouxe-me a pre-
ocupação de crear o prefixo para
pano e imaginar um anuel de grão
condigno com a nobre profissão dos
que nos dão o pão de cada dia.

Venho, pois, lançar duas idéas, que
poderão ter ao menos a virtude de
provocar outras melhores.

Para os alumnos em vespera de for-
matura proponho, pela predominancia
do trigo na fabricação do pão e para
dar á cousa um saber classico, propo-
nho a designação de frumentandos. O
anuel me parece que deveria ter o
aro em forma de rosquinha e será u-
ma marquise, de modo que o castão,
em elipse alongada, tenha o feitio de
um pão de duzentos réis em minia-
tura.

MICROMEAS

Figura 1: CARETA, set. 1932, v. 1264, p. 18.

A Figura 2 está repleta de preconceito contra a população analfabeta, pois a charge veiculada em 1933 mostra dois homens e um deles está retirando o letreiro da bandeira nacional. Com isso, o chargista, provavelmente, satirizava o abismo entre o texto da bandeira nacional e a realidade do país. O outro homem, o personagem Zé, aparece em várias charges e caricaturas. Os elementos de sua vestimenta – chapéu, calça xadrez, lenço no pescoço – talvez representem um traço comum para a construção de uma imagem do brasileiro ligada ao atraso, ao campo. Nessa charge, Zé diz que o letreiro pode ficar lá, pois “Ninguém não sabe ler neste *paiz*.” (CARETA, mai. 1933, v. 1298, p. 22). Essa frase mostra claramente que o povo analfabeto pode ser enganado e que não faz diferença existir um letreiro com esses dizeres de desenvolvimento da nação sendo que esta não entenderá o que está escrito e, a causa disso, não haverá cobrança da população às medidas governamentais. Indicando, assim, o abismo entre o símbolo pátrio e a realidade nacional.

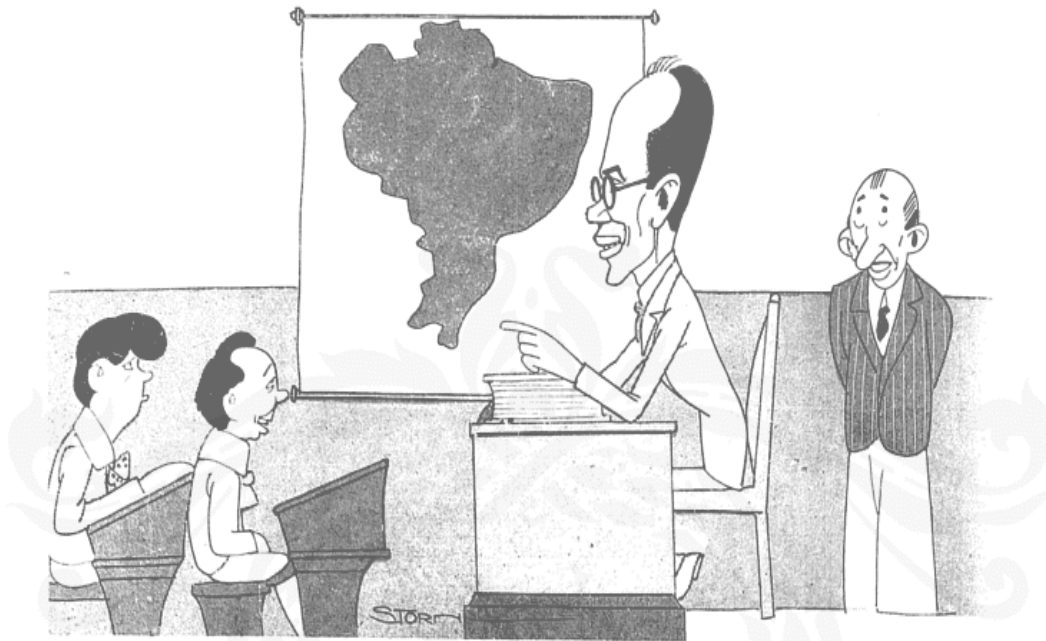
A NOSSA BANDEIRA



Figura 2: CARETA, mai. 1933, v. 1298, p. 22.

Outra crítica contundente ao governo está representada na Figura 3, na qual, em uma aula de geografia política, o professor, representado pelo próprio ministro da Educação, Gustavo Capanema, explica que há um alto número de analfabetos, 90%, um expressivo número de semianalfabetos, 15%, e faz uma censura aos políticos, quando alega que há uma pequena parte da população, 5%, constituída de “*sabem-tudo* que avançam nas melhores posições” (CARETA, ago. 1934, v. 1365, p. 34).

NA AULA DE GEOGRAPHIA POLITICA



CAPANAMA — O Brasil tem 45 milhões de habitantes, dos quais 90 o o analfabetos, 15 o o semi-analfabetos e 5 o o de sabem-tudo que avançam nas melhores posições.

Figura 3: CARETA, ago. 1934, v. 1365, p. 34.

A imagem 4 faz uma censura aos empecilhos impostos ao cidadão para o ingresso na escola. A charge intitulada “De volta ao combate ao *analfabetismo*” mostra que esse uso da expressão “combate” reforça tanto o peso do analfabetismo quanto o tamanho do esforço necessário para sua reversão. Imagem e texto ainda satirizam a dificuldade para o ingresso e a permanência na escola. Na ilustração, vemos que um policial chama a atenção de um pai que está andando despido nas ruas com seus quatro filhos. O policial alega que andar sem trajes pela rua é falta de educação. O pai, por sua vez, utilizando uma fala simples, referindo-se ao policial como “seu” guarda (o uso das aspas marca o uso da linguagem coloquial), responde que está investindo na educação dos filhos, pois foi matriculá-los no colégio e teve que dar tudo. A hipérbole, utilizada no cartum quando o pai declara que deu tudo, até suas próprias roupas, para conseguir inscrever os filhos em uma instituição escolar, aponta a forte crítica que a revista está realizando para os muitos requisitos exigidos para o ingresso na educação daquela época.

DE VOLTA DO COMBATE AO ANALPHABETISMO



Figura 4: *CARETA*, abr. 1935, v. 1398, p. 30.

Pequenas frases, como ditados ou algumas constatações a respeito do analfabetismo da população, também eram esporadicamente colocadas nas páginas do semanário, como exemplificado nas Figuras 5 e 6. Na primeira, a metáfora “A *innocencia* é o *analphabetismo* dos *instinctos*...” compara a inocência – este estado de espírito ingênuo, desprovido de maldade, atrelado à simplicidade – com o instinto, como se ele estivesse analfabeto, sem saber de nada. Já a segunda, exhibe o deficiente número de escolas em comparação com o número de matrículas no período anterior à proclamação da República. O número de instituições escolares aumentou cerca de três vezes, ao passo que o número de alunos querendo se matricular aumentou, em uma estimativa, seis vezes o valor do período anterior, mostrando a insuficiência das políticas públicas para inserir toda a população no ensino básico.

A *innocencia* é o *analphabetismo*
dos *instinctos*...

Figura 5: *CARETA*, mar. 1931, v. 1185, p. 30.

* * * Em 1888, isto é, um anno antes da Proclamação da Republica, havia 8.357 escolas em todo o nosso paiz, com a matricula de 233.000 alumnos. No anno passado, em 1926, se encontravam 25.000 escolas com a matricula de 1.455.000 alumnos, sendo, porém, este numero ainda muitissimo deficiente.

Figura 6: *CARETA*, nov. 1931, v. 1222, p. 4.

Quando Francisco Campos assume o posto de Ministro da Educação e da Saúde, sua imagem passou a ser veiculada por muitos meios de comunicação e a revista *Careta* não deixaria de fazer o mesmo. Observa-se na Figura 7 que Campos está sobre um grande livro, como se este fosse um palanque. Na lateral do livro está escrito “Ministério da Educação” e, à frente, encontramos o famoso “A. B. C.”, remetendo ao “bê-á-bá” básico para ensinar. Há, no plano inferior, dois homens que conversam sobre a chegada do ministro ao novo Ministério. O homem chamado de Zé aponta Francisco Campos e diz que ele é “o novo ministro da Guerra ao *Analphabetismo*”. Note-se que as medidas governamentais da Educação para acabar com os altos índices de analfabetismo da população são tidas como uma guerra, como uma luta, como uma difícil empreitada. Dando sequência à sua fala, o homem constata que não sabe ainda o nome do novo ministro. O menino que está ao seu lado afirma saber o nome dele – diz que é um “nome barbado”. Ao referir-se a Campos desta forma, o menino está fazendo uma alusão aos gaúchos e à alta intervenção destes no governo, como o próprio presidente Getúlio Vargas. Há na charge uma insinuação de que Francisco Campos, embora mineiro – e isso pode ser constatado com o fundo da imagem – fazia parte das coligações rio-grandenses que assumiram o controle do país.



ZÉ — Este é o novo ministro da Guerra ao Analfabetismo, é tão novo que ainda não sei bem o seu nome.
O MENINO -- Pois eu sei, é até um nome barbado.

Figura 7: CARETA, out. 1932, v. 1268, p. 25.

A Figura 8 é um artigo escrito por Osvaldo Orico e traz uma crítica ao Congresso de Ensino. O autor, em sua escrita, aponta esse tipo de reunião para a discussão do ensino nacional como um grande falatório sem fim, sem realizações efetivas no sentido de uma mudança dos rumos da educação. Toma-se sempre, segundo as denúncias de Orico, o analfabetismo como um pretexto para se fazer grandes discursos e cada um, preocupado apenas com o seu desempenho pessoal e visibilidade pública, se vale da temática como forma de autopromoção.

Looping the Loop

CONGRESSO DE ENSINO

Encerrou-se com toda pompa o VII Congresso Nacional de Educação. Com toda a pompa. Houve baile, discursos, flores, música, dansas, alegria. Sobretudo discursos. Aliás, desde o início do certamen foi assim. O analfabetismo não é, entre nós, um motivo de vergonha. É um pretexto para discursos. O brasileiro não pode mais passar sem esse excelente derivativo, sem esse magnífico pretexto, para compor as suas orações de circunstancia, as suas conferencias civicas, os seus brindes de sobremeza e as suas plataformas de governo.

Tão útil é para a falta de imaginação dos nossos oradores esse filão de eloquencia, que é o caso de perguntar á maioria deles:

— Vocês condenam o analfabetismo; mas, em verdade, que seria de vocês si êle não existisse; e que será de vocês quando êle não mais existir?

A VII Conferencia de Ensino funcionou com toda regularidade. Patrocinada pela A. B. E. que é, inquestionavelmente, uma instituição da melhor valia, a conferencia preencheu todos os requisitos necessarios, oferecendo varias oportuidades para que os congressistas ficassem sabendo aquilo que já sabiam, isto é, que essas conferencias em nada contribuem para resolver os graves problemas educativos que o Brasil tem de encarar.

Em primeiro lugar porque o choque das vaidades individuaes é muito maior que o interesse coletivo. Ninguem ou quase ninguem comparece alí para sugerir coisas acertadas e uteis, mas simplesmente para discutir. As discussões — deus do céu! — tomam nesse congresso a maior parte do tempo. Ha gente que pensa do mesmo modo, mas que tem um pra-

zer especial em divergir para chegar, no fim de contas, á mesma conclusão que combateu.

Para isso, entretanto, gasta-se bastante dinheiro. Os Estados enviam legações numerosas, com passagens e ajudas de custo. Promovem-se festas, recepções, almoços, passeios, cantorias. Cada qual quer mostrar que é um genio na sua especialidade e faz o possivel para deslumbrar o outro. A preocupação do ensino é infinitamente menor que a preocupação individual. Esta é que move, na atualidade todos os nossos certames publicos. E terá que ser assim, infelizmente, até que o país consiga livrar-se dos apedeutas que se apoderaram das posições e passar a formar com sinceridade e trabalho, uma conciencia educativa.

...

— O senhor, então, é contra os congressos de ensino?

Parece-me que vejo a pergunta partida de muitos labios a me desafiarem. Não; não sou. Em tese, esses congressos são uteis e poderiam trazer alguns resultados, si as praticas fossem outras, si outros fossem os objetivos. Infelizmente o que se vê, na maioria dos casos, é o fator pessoal intervindo para anular a boa intenção de alguns, em beneficio da vaidade de muitos.

Admitindo mesmo que as consequencias desses conclaves fossem beneficas sob certo ponto de vista, de que adeantava isso? O mal do Brasil é mais profundo e complexo do que parece. Não ha somente uma escassês de escolas e uma crise de cultura.

Instalam-se conferencias de ensino. Discutem-se problemas de maior relevancia. Fazem-se discursos admiraveis. De que valem esses aparatos? pergunta o meu amigo Austregesilo de Atahyde. No fim do ano o governo desfaz tudo isso: dá passagem por médias e favorece exames por decretos.

OSVALDO ORICO

Figura 8: CARETA, jul. 1935, v. 1414, p. 17.

A questão do quanto o brasileiro lê foi assunto de uma dessas famosas colunas do semanário. No exemplar 1416, de 1935 (Figura 9), encontramos novamente uma crítica de Osvaldo Orico. Ele explica que a população lê pouco, pois sua maioria é analfabeta e o ensino no Brasil não é eficiente para que esse índice de analfabetismo se reduza. Forte crítica é feita ao projeto de reforma do ensino universitário do então ministro Gustavo Capanema, pois, na

visão do autor do artigo, deve-se investir no ensino primário, dando base ao povo para que todos tenham chance de gozar de um ensino universitário.

Hooping the Hoop

O que o brasileiro lê

Eis aí uma pergunta interessantíssima: saber si o brasileiro lê muito ou pouco. Si reduzirmos o caso a uma questão de estatística em globo, veremos logo que o brasileiro não lê muito por uma simples razão: é que, em sua grande maioria, o povo ainda não sabe ler. E, não sabendo ler, não pôde tomar conhecimento de obras que aquí se editam e interessar-se pelo problema da leitura. A crise do livro e das industrias de publicidade deriva, justamente, do desequilibrio entre a produção, que tende a aumentar, e os leitores, que permanecem na mesma cifra de inferioridade. Por isso, raras são as empresas editoras que conseguem ficar prosperas; e ainda mais raros os autores que, á maneira de Setubal, Lobato, Claudio de Souza, conseguem lucros da venda dos seus livros. O mal está no seguinte: aumenta a produção, em geral, sem que aumente, em correspondencia, o numero dos leitores. Daí o desequilibrio entre a industria e o consumo, de que resulta esse melancolico panorama que observamos com tristeza e constrangimento.

• • •

Uma verdade manifesta, que não precisa ser posta em evidencia: o problema do livro, no Brasil, está ligado diretamente ao problema do ensino. Enquanto as cifras escolares acusarem aquele indice elevado de analfabetos, não poderemos afirmar, em tése, que o brasileiro lê muito, porque a media da leitura entre nós está comprometida pelo peso bruto dos que não

têm elementos educativos necessarios á leitura. Daí ao povo escolas. Proporcionai a todos os brasileiros que ainda se encontram sem assistencia social os meios necessarios ao seu cultivo, e o caso mudará de figura. Enquanto, porem, persistir esse habito das falsas apparencias e das simulações condenaveis, — o habito de mentir ás realidades e ás necessidades, fechando escolas primarias para abrir universidades, — a questão permanecerá sempre a mesma, no mesmo ponto em que a collocaram a imprevidencia dos homens de ontem e a obstinação dos homens de hoje.

• • •

Deslocando o assunto do seu aspecto global, que é o mais importante e o que deve merecer o nosso maior cuidado, podemos dizer que, no Brasil, a parcialidade que lê, lê bastante e sustenta corajosamente uma industria sem meios mais amplos para consolidar-se. As elites têm as suas preferencias marcadas: os medicos, como bem observou Gilberto Amado, consomem vantajosamente os classicos, nos quaes procuram os arcaismos dourados pelo tempo com que enfeitam os seus discursos nas ceremonias officiaes; os advogados deliciaem-se na sintese caprichosa das paginas de Ruy, das quaes querem extrair em carbono todos os arabescos e neologismos. A classe media divide as suas preferencias pelos livros de psicanalise, pelas obras que trazem o condimento picante das questões sexuaes e pela tradução das biografias e narrativas de Zweig. Este é, na atualidade, o grande filão dos editores. Adquirindo por meia pataca os direitos de reprodução para um idioma que o autor considerará problematico, os editores conseguem esta coisa incrível: ganhar dinheiro numa industria na qual já é alguma coisa de espantoso não perder.

OSVALDO ORICO

Figura 9: CARETA, ago. 1935, v. 1416, p. 17.

Outra crítica ao projeto de ensino universitário pode ser observada na Figura 10, onde há um enorme prédio ostentando uma bandeira com os dizeres “Cidade Universitária” e, entre os “Jécas” que a observam, acontece um diálogo. A conversa está transcrita na linguagem coloquial, com erros de ortografia, assemelhando-se à prosódia do caipira. Os caipiras da charge estão mal vestidos, com roupas desalinhadas e cabelos bagunçados, coisas que

remetem às representações do homem rural, geralmente vinculadas à falta de asseio e à ignorância. Essa ignorância é expressa nas frases proferidas por cada um. Um deles pergunta o que é uma cidade universitária e o outro, de uma forma simples, faz uma crítica ao método de ensino proposto pelas universidades em que uma pessoa entra leiga e sai com um “anel de doutor”, ou seja, formado e comprometido com o exercício da profissão que escolheu. Essa ingênua resposta demonstra o desconhecimento da população sobre o ensino universitário e o acesso a ele. Há também crítica ao ensino universitário quando ele é adjetivado como “*mafuá*”, ou seja, uma bagunça, uma confusão, sem planejamento.

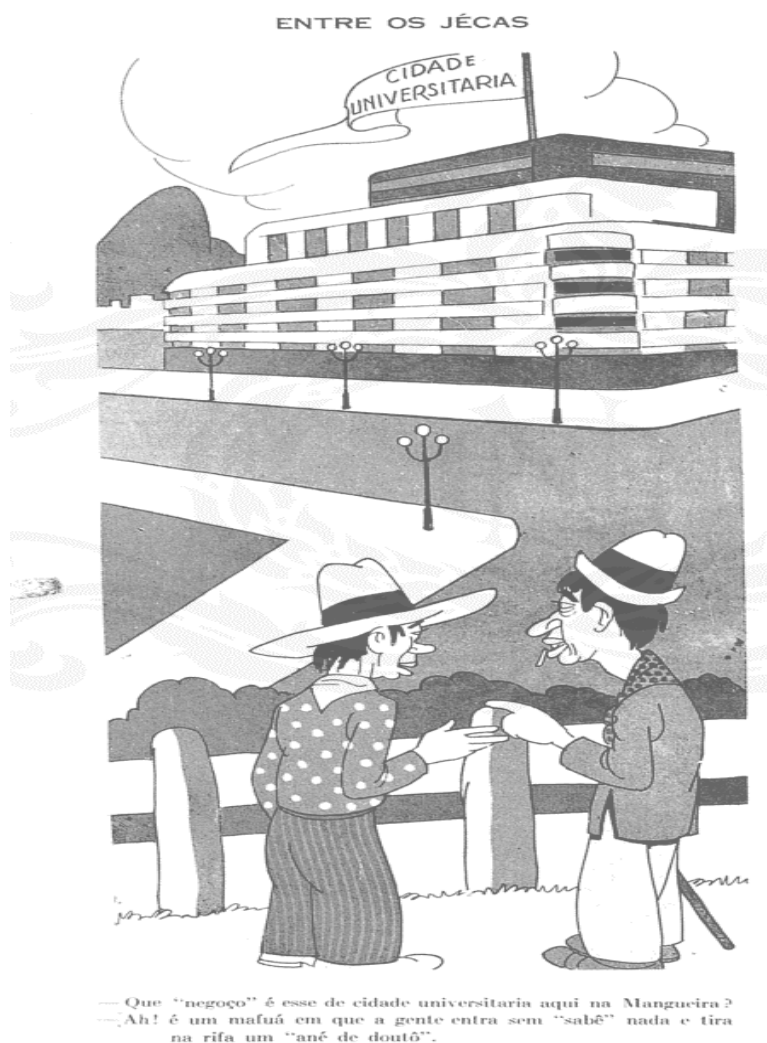


Figura 10: CARETA, mai. 1936, v. 1455, p. 38.

Em 1935, ocorreu o 1º Congresso Nacional contra o Analfabetismo, evento que não passaria despercebido pela crítica da revista *Careta*. O artigo da Figura 11 se inicia com uma crítica a mais uma grande conferência onde só há a ostentação da inteligência individual. O artigo defende que a escola não é o único meio promotor de cultura, que esta pode vir através de outros veículos, como a mídia, o rádio e o cinema. Para o articulista, o combate ao analfabetismo deveria priorizar o ensino primário e oferecê-lo à população em sua totalidade, dando acesso aos que moram longe das escolas e incentivando-os a frequentá-la. A crítica termina reconhecendo que a educação do povo é um problema social que deve ser resolvido de imediato.



Figura 11: CARETA, dez. 1935, v. 1436, p. 17.

O tema da educação em geral – e do analfabetismo em particular – foi recorrente no pensamento de Osvaldo Orico naquele ano de 1936. Outro exemplo é sua coluna no exemplar da *Careta* de 04 de março daquele ano, momento em que condenava a orientação de ensino do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e a valorização de aspectos arquitetônicos em detrimento dos metodológicos. Há também uma crítica à ação de Anísio Teixeira junto à educação na capital carioca, acusando-o de socialista, de ter promovido uma “sovietização do ensino” (*CARETA*, abr. 1936, v. 1450, p. 17) quando este intelectual atuava como diretor de ensino da educação carioca. A consequência disso foi a retirada de muitas crianças das escolas de ensino público, por oferecerem uma cultura pautada em preceitos esquerdistas.

CARETA

JORGE SCHMIDT. ROBERTO SCHMIDT.
Fundador. Diretor responsavel.

REDAÇÃO E OFICINAS: — RUA FREI CANECA N. 383 — RIO DE JANEIRO

Assinatura sob registro Numero Avulso
ANO ... 43\$000 — SEMESTRE. 22\$000 CAPITAL. 500 Rs. — ESTADOS. 600 R\$.

Caixa Postal 1085 End. Tel. KOSMOS Telefone 22-3721

Este numero contém 52 paginas.

N. 1450 RIO DE JANEIRO — SABADO — 4 — MARÇO — 1936 ANO XXIX

Hooping the Hoop

ALUGAM-SE ESCOLAS

O Rio de Janeiro oferece hoje o mais esquisito paradoxo em materia de educação publica: á proporção que aumenta o numero de escolas, diminue a porcentagem de alunos.

E' estranho, mas é verdade.

A administração municipal dispendeu somas consideraveis em edificar aqui e ali casarões de cimento armado, exóticos modelos americanos geralmente improprios para o nosso clima. Desenvolveu, nesse sentido, um grande esforço pecuniario, mas os resultados são francamente contraproducentes.

Toda gente se queixava, antes, que não possuíamos escolas; hoje, que temos escolas, toda gente lamenta que não tenhamos crianças para frequentá-las.

* * *

Qual a razão do absenteismo escolar? Por que motivo, possuindo a capital do país mais de 40 % de crianças necessitadas de ensino, as escolas ficam às mósas?

E' simples de explicar.

A ultima administração pedagogica do Distrito, preocupando-se exageradamente com os aspetos externos do problema educativo, descurou completamente da parte organica do ensino.

Tratou de tudo, menos de fazer a criança aprender.

O resultado foi o desanimo dos pais, a descrença completa no aparelho da educação publica.

As crianças cariocas, neste espaço de tempo em que a direção do ensino esteve creditada ao snr. Anísio Teixeira, saíam da escola sabendo uma porção de coisas: falando em John Dewey, discutindo "tests", conhecendo os manifestos de Lenine, citando frases de Panair Istrati, cantando o hino da III Internacional... Só faltavam saber lêr e escrever.

A consequencia disso tudo foi a repulsa dos pais contra a sovietação do ensino publico. Apesar da criação e instalação luxuosa das escolas municipaes, as familias cariocas deram preferencia aos institutos de ensino particular, desmoralizando de uma vés o programa subversivo implantado na capital do país.

* * *

Essa documentação serve para mostrar que a educação dum povo não se faz somente com predios vistosos. Eles se tornam inuteis quando não são eficientemente aproveitados. O fator confiança é muito mais necessario para o ensino do que a edificação de um palácio. A prova está em que, antigamente, com predios humildes, as escolas viviam cheias; e agora, com edificios soberbos, elas vivem vasías.

Vasías de frequencia; vasías de metodos; vasías do interesse humano em preparar gerações animadas de idéias generosas e fecundas.

Isto é francamente paradoxal e comico. Chega-se ao cumulo de pensar que quem estava com a razão era o celebre Washington Pires, quando afirmava que em vés de escolas para as crianças, "deveríamos fazer crianças para as escolas..."

OSVALDO ORICO.

Figura 12: *CARETA*, abr. 1936, v. 1450, p. 17.

A charge chamada “Lei do menor esforço” satiriza o volume de escolas maior que o de crianças matriculadas e o descaso com o currículo ensinado. Na ilustração, vemos, ao fundo, uma grande e bonita escola, porém, sem alunos. A escola está tomada por moscas, o que nos remete à expressão “às moscas”, indicando vazio, dando a perceber que era necessário investir em educação de qualidade e não em edificações de grande porte, como a que vemos denunciada pela figura. Nela ocorre a conversa entre a professora e um cidadão chamado Zé em que a professora pergunta o porquê da escassez de alunos, ao que Zé lhe responde: “Ora, para aprender a vadiar, as crianças não precisam ter o trabalho de sair de casa”. Por meio do humor, a revista conseguiu transmitir a crítica desejada ao que era ensinado às crianças da época.



Figura 13: CARETA, abr. 1936, v. 1450, p. 27.

A repercussão desse assunto foi de grande magnitude, pelo menos na mídia analisada, pois foi com o tema da desproporção entre o número de escolas e o número de alunos que se produziu a primeira capa da revista em que havia uma crítica aos temas educacionais. A seguinte capa ilustra a mãe mostrando uma infinidade de escolas para seu filho e dando-lhe o poder de escolha em qual queria estudar, dada a quantidade expressiva das mesmas.



Figura 14: CARETA, mai. 1936, v. 1455, capa.

Com base nas últimas três ilustrações recolhidas do semanário *Careta*, informações sobre o montante de escolas e de alunos matriculados foram buscadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 1936, para delinear a situação escolar no período em que foram veiculadas tais críticas. De acordo com as tabelas e os gráficos apresentados a seguir, as unidades escolares do Rio de Janeiro representavam 5% do núcleo escolar brasileiro e, do considerável número de matriculados, apenas 3% concluíam o curso.

UNIDADES ESCOLARES – RJ			
TOTAL	1694	FEDERAL	5
PARA HOMENS	103	ESTADUAL	846
PARA MULHERES	67	MUNICIPAL	485
PARA AMBOS	1524	PARTICULAR	358

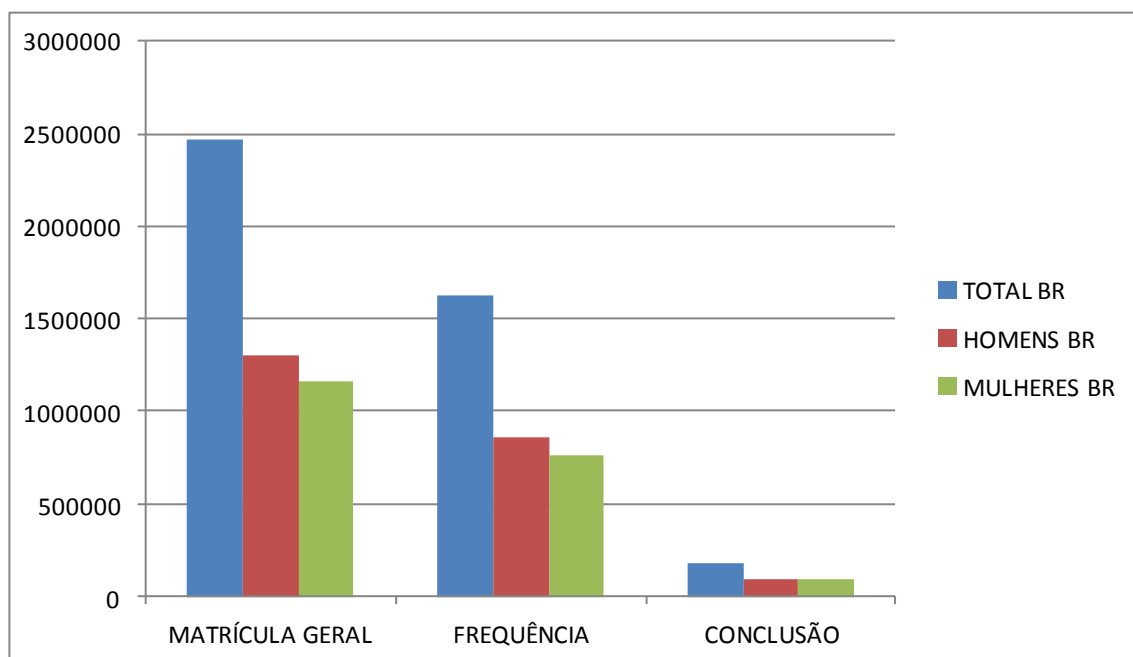
Fonte: IBGE

UNIDADES ESCOLARES – BR			
TOTAL	32 430	FEDERAL	273
PARA HOMENS	2 809	ESTADUAL	17 412
PARA MULHERES	2 223	MUNICIPAL	5 621
PARA AMBOS	27 398	PARTICULAR	9 127

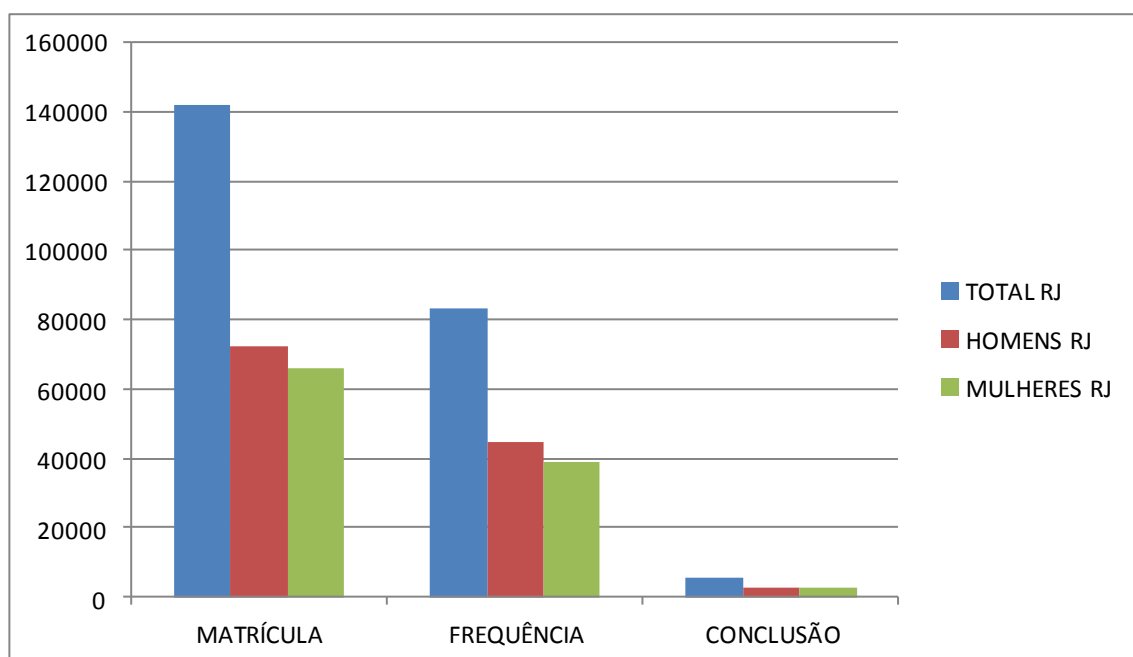
Fonte: IBGE

MATRÍCULA GERAL			
RJ		BR	
TOTAL	142 281	TOTAL	2 466 092
HOMENS	72 294	HOMENS	1 307 558
MULHERES	65 987	MULHERES	1 158 534
FREQUÊNCIA			
RJ		BR	
TOTAL	83 430	TOTAL	1 628 656
HOMENS	44 443	HOMENS	863 528
MULHERES	38 987	MULHERES	765 128
CONCLUSÃO DE CURSO			
RJ		BR	
TOTAL	5 584	TOTAL	179 625
HOMENS	2 818	HOMENS	88 460
MULHERES	2 766	MULHERES	91 165

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

A charge intitulada “O ano da educação” (Figura 15) traz o diálogo entre duas crianças, ambas bem vestidas e carregando materiais escolares. Elas leem uma grande placa com os dizeres “Grande plano educacional para as novas gerações”. Após a leitura, a menina pergunta ao Juquinha o que está escrito na placa, já que ele aprendeu a ler e escrever sob os novos métodos de ensino. Juquinha lhe responde: “É o anúncio de um novo ‘film’ em serie”. Ou

seja, usando a conversa entre duas crianças, com a resposta do menino, o autor da ilustração faz crítica aos novos planos de educação que estavam surgindo no país, e, novamente, faz uma crítica às mudanças metodológicas pelas quais o ensino passava na cidade do Rio de Janeiro e os compara a um “film”. A utilização do vocábulo em inglês remete ao teor da cultura que seria transmitida às crianças, que, como já foi observado nas figuras anteriores, consistia no estudo de coisas não diretamente vinculadas ao cotidiano, o que acabava por espantar todos da educação. A comparação entre educação e filme seria pelo fato de os novos planos representarem apenas uma encenação da preocupação do governo para com a educação das crianças – a qual seria oferecida “em série”, continuamente –, e também atrelado ao fato de o autor da charge indicar que, em sua visão, há uma sucessão de reformas mal sucedidas, pouco ligadas às necessidades reais do município e sua população.



Figura 15: CARETA, jul. 1936, v. 1464, p. 19.

municipais de educação, mais à esquerda, e valoriza as medidas adotadas pelo governo federal, mais à direita.



JORGE SCHMIDT

Fundador.

REDAÇÃO E OFICINAS — RUA FREI CANECA N. 383 — RIO DE JANEIRO

Assinatura porte simples

ANO 29\$000 — SEMESTRE 15\$000

Caixa Postal 1085

End. Tel. KOSMOS

ROBERTO SCHMIDT

Diretor responsavel.

Assinatura sob registro

ANO 43\$000 — SEMESTRE 22\$000

Telefone 22-3721

Este numero contém 52 paginas.

N. 1478

RIO DE JANEIRO — SABADO — 17 — OUTUBRO — 1936

ANO XXIX

A reforma do Ministerio da Educação, em andamento na Camara dos Deputados, cria uma seção fundamental no quadro do ensino no Brasil :

o departamento de educação civica, ao qual ficarão subordinados o programa e a unidade de orientação dessa materia.

Até hoje, manda a verdade que se diga, um assunto de tamanha relevancia não havia sido perfeitamente considerado.

Ensalaram-se varias tentativas no sentido de estimular-se aquele estudo, mas todas elas naufragaram pela insegurança dos metodos empregados e pelas circunstancias teoricas de sua applicação.

Uma das reformas antigas, cuidando que a educação civica poderia ser difundida e assegurada com a simples tarefa expositiva das classes, criou uma cadeira no sexto ano dos cursos ginasias. Destinava-se essa cadeira a transmitir aos alunos, em sovasdas repetições, o texto de livros velhos, improvisando uma ciencia sem formar uma alma, justificando uma aula sem preparar uma classe.

O resultado dessa experiencia foi nulo, para não dizer funesto. Os alunos saíam dos liceus com a memoria atulhada de noções, mas com o espirito vazio de idéas. Porque educação civica não se aprende em compendios e formularios; aprende-se, como no verso camoneano, “vendo, tratando e pelejando”. Aprende-se, sobretudo, diante dos espetaculos que se rasgam aos nossos olhos, á claridade das lições que recebemos na vida, na vida, que é, ao fim de contas, o grande livro de nossa formação e o espelho de nossa conduta.

•••

A proposito disso, vem-me á lembrança um caso ocorrido nos meus bons tempos de ginasio. Tinhamos como professor de instrução moral e civica um velho mestre, que a ausencia de compulsoaria permitiu que sobrevivesse á sua eficiencia no ensino. Ele costumava tomar as lições pelo compendio de instrução moral e civica aberto sobre a mesa. Os discipulos papegueavam as lições, recompondo

Looping the Loop

PELA EDUCAÇÃO CIVICA



com perfeição as paginas do livro. O mestre acompanhava o terço, linha por linha, e, de vês em quando, interrompia o estudante:

— Está errado.

O aluno indagava onde estava o erro.

E êle, circunspecto, com o olho grudado na pagina:

— Falta uma virgula.

Este episodio pôde parecer exagerado. E' real, entretanto.

Com maior ou menor intensidade, com mais ou menos pitoresco, era esse o espetaculo das classes de instrução moral e civica nos meus bons tempos de ginasio.

Veiu depois uma nova reforma do ensino, que compreendeu a inutilidade da cadeira e a suprimiu do curso secundario. Suprimiu, mas não tratou de substitui-la convenientemente. A instrução moral e civica entrou em colapso.

As crises sociaes do velho mundo, solapando as instituições e avassalando os regimens tradicionais, vieram alertar o instinto dos nossos dirigentes, mostrando-lhes a necessidade de se precatarem contra as massas em desespero, contra a indisciplina moral dos povos deseducados.

Daí a reação que se nota em toda parte e de que foi indice, em todo o país, a semana da Patria. O Brasil assistiu, em sete de setembro deste ano, a uma verdadeira “mobilização de consciências”.

Para coroar essa obra de soerguimento, para consagrar esse “sursum corda”, que se estende de norte a sul, como um aviso das nossas reservas de patriotismo e fidelidade ao regimen, a idéa da criação de um departamento de educação civica é mais do que necessidade: é um dever do Estado, um imperativo do momento.

A nova divisão que o ministro Capanema sugeriu á Camara atende, portanto, a uma exigencia basica, indispensavel ao preparo de uma nova consciencia coletiva. Ela unifica todos os esforços e faz de todos os deveres um só dever: o de zelar pela unidade e segurança do Brasil.

OSVALDO ORICO.

Figura 17: CARETA, out. 1936, v. 1478, p. 16.

A Figura 18 faz crítica aos métodos que o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, estava utilizando para erradicar o alto índice de analfabetismo da população. Na ilustração, vê-se Capanema armado com escudo e lança e montado em um cavalo enquanto, ao fundo, vemos um índio e um caipira, figuras tradicionais e caracterizadoras do Brasil. O título da charge é “Rossinante pedagógico”, remetendo ao cavalo do personagem da novela de Miguel de Cervantes, D. Quixote, o qual ia em busca de seus sonhos com seu cavalo Rocinante. Este nome vem de “Rocim”, que significa pileca, cavalo fraco, pequeno, devagar, não sendo o melhor meio de transporte, como observa o Jeca, em sua fala simples. Capanema alega estar sobre o cavalo para ir à luta – combate contra o analfabetismo da população. A crítica e o humor residem no fato de ele ter escolhido, para tal tarefa, o cavalo mais lento da literatura, dando a entender que o ministro não está cumprindo com suas funções e tomando atitudes erradas para a erradicação dos índices de analfabetismo.



Figura 18: CARETA, nov. 1936, v. 1484, p. 26.

A nota mostrada na Figura 19 discute o fato de que em todos os anos de República no Brasil houve grandes reformas da educação, porém, sem resultados satisfatórios. O autor do pequeno texto diz que o país sofre de “indigestão intelectual”, pois investe em ensino superior, formando muitos bacharéis sem base intelectual, sem serem detentores de amplos conhecimentos: “criando uma fauna singular de bacharéis e doutores *quasi* analfabetos”.

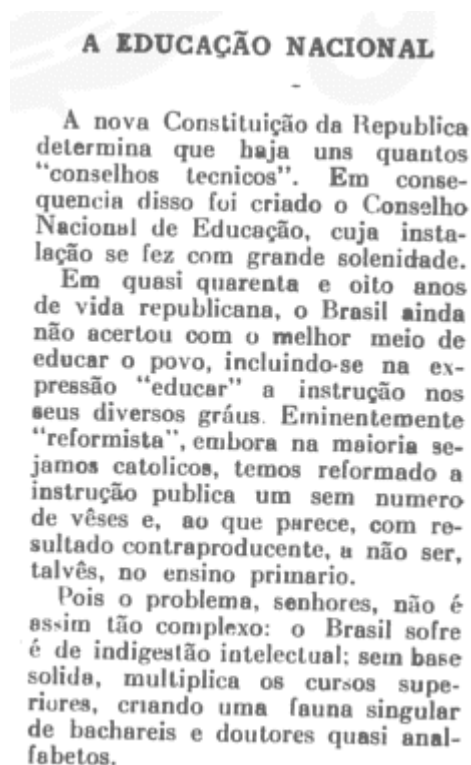


Figura 19: CARETA, fev. 1937, v. 1497, p. 18.

A foto da Figura 20 mostra “Os novos diretores do Ministerio da Educação”; na legenda, encontra-se o nome de Osvaldo Orico, que escreveu várias críticas na revista *Careta* já analisadas neste relatório final. É curioso atentar ao fato de que o mesmo homem público que criticava várias medidas do governo em relação à educação foi consagrar-se como diretor de educação extraescolar, pertencendo ao Ministério da Educação. Sabe-se que Orico formou-se em Jornalismo e Direito, pertencendo à vida política, tanto pela via da crítica e das revoluções quanto sendo diplomata e membro do Ministério e da Academia Brasileira de Letras.

OS NOVOS DIRETORES DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO



Grupo tirado no ato de posse dos drs. Osvaldo Orico, diretor de educação extra-escolar; Mario Brito, diretor de educação secundária, e Nobrega da Cunha, diretor da educação primária, vendo-se os profs. Lourenço Filho, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, e Leitão da Cunha reitor da Universidade, e o dr. Peregrino Junior, oficial de gabinete do Ministro da Educação.

Figura 20: CARETA, abr. 1937, v. 1504, p. 33.

Na charge a seguir observa-se uma conversa entre um senhor e uma senhora acompanhada de uma criança. O título da charge “Varrendo a testada” significa afastar toda responsabilidade ou culpa, justificar-se sobre algo. É justamente esse o teor do diálogo entre os personagens. O homem, bem vestido, elegante, pergunta à senhora, ilustrada com uma veste mais simples, se ela não achava um absurdo ter em casa uma criança analfabeta, considerando isso como condenável, uma coisa horrível, mostrando claramente seu preconceito contra aqueles que não sabem ler. A senhora, por sua vez, responde que não tem culpa de a filha ser analfabeta, pois “ela já nasceu assim...”. Com essa resposta, o autor da charge pretende, com humor, criticar a população que não vai em busca da educação, achando que é normal não saber as letras; por outro lado, almeja também mostrar o preconceito existente na sociedade da época, usando, para isso, a fala do doutor.



Varrendo a testada

- Que coisa feia! E' horrivel! Condenavel! Como é que a senhora tem em casa uma criança analfabeta?!...
- Não é culpa minha, doutor. Ela já nasceu assim...

Figura 21: CARETA, jun. 1937, v. 1514, p. 19.

A Figura 22 destaca a ações realizadas pela Cruzada Nacional de Educação no estado de Goiás, mostrando que no interior do Brasil há muito analfabetismo e essa região é tratada com descaso pelo governo, pois há uma relação inversamente proporcional na educação: à medida que aumenta a população, o número de instituições escolares permanece o mesmo. A Cruzada é elogiada no artigo pelo fato de ter êxito na fundação de muitas escolas rurais e levar educação a muitas crianças do interior de país.

o

A Cruzada Nacional de Educação em Goiás

Só mesmo os que conhecem o interior do Brasil é que podem avaliar a necessidade inadiável que temos de combater o analfabetismo. Vê-se que, á proporção que aumenta o nosso coeficiente demografico, mais insuficiente se torna o numero de escolas primarias existentes.

A iniciativa que teve a Cruzada Nacional de Educação,

de fundar escolas por todos os recantos do Brasil, vem sendo recebida entre nós com particular interesse e geraes aplausos. Ninguem tem negado apoio a tão nobilitante campanha, que já está prestando ás populações do centro do país serviços inestimaveis.

Milhares e milhares de crianças, que vivem em nossos sertões, já estão frequentando as escolas inauguradas sob o patrocínio da Cruzada Nacional de Educação.

As ultimas comunicações recebidas pela Diretoria Regional da Cruzada Nacional de Educação, desta Capital, informam terem sido inauguradas, pela C. N. E., a 13 de maio, passado, no territorio goiano, 86 escolas primarias rurais. Todas elas estão em constante e franca atividade.

Correspondente

Figura 22: CARETA, jul. 1937, v. 1519, p. 10.

O pequeno informativo da Figura 23, veiculado no ano de 1938, traz números acerca da educação no ano de 1935. Segundo o texto, naquele ano, havia 33.251 escolas e 14% da população estava em idade escolar. Considerando que a população da época era de 41.500.000 habitantes, 5.810.000 crianças deveriam frequentar a escola, tendo uma média de 174 crianças para cada instituição de ensino. A crítica vem ao final, ao se constatar que essa proporção não é ruim, mas o que deixa os índices de analfabetismo elevados é o fato de as instituições serem mal distribuídas pelo país: “há zonas ricas em ensino e zonas indigentes”. Isso também foi mostrado na figura anterior.

A alfabetização

Em 1935 existiam no Brasil
33.251 escolas primarias.
Calculando-se a população brasileira, no mesmo ano, em . . .
41.500.000 habitantes e considerando de 14% a percentagem de crianças em idade escolar, ou sejam 5.810.000, temos que naquele ano houve uma escola para cada 174 crianças.
A média não é má. O que importa, porém, é a distribuição da população e das escolas; há zonas ricas em ensino e zonas indigentes.

Figura 23: CARETA, jun. 1938, v. 1565, p. 48.

As próximas três figuras carregam o teor de piada – são historinhas satirizando a questão do analfabetismo. A primeira anedota (Figura 24) acontece dentro de um ônibus onde Dona Irene quebra uma parte da janela, o cobrador do ônibus é chamado e pede a ela que escreva uma declaração sobre a danificação no veículo. O marido de D. Irene é quem faz a declaração, pois ela não sabe escrever. O preconceito se instala quando o cobrador diz ao motorista que a moça bonitinha do quarto banco é uma “coitadinha” por não saber escrever.

Analfabeta

— — —

Viajavam em um onibus Dona Irene e seu marido, quando ela, querendo levantar a vidraça da janela, afim de se livrar do vento, ficou com a moldura de metal na mão, pois a peça se despregou do vidro. Chamado o trocador do onibus, a quem ela entregou o destroço da vidraça, o rapazinho perguntou-lhe:

— A senhora sabe «escrevêre»?

— Mas a que vem essa pergunta? (Indagou o marido de Dona Irene meio intrigado) e antes que ela dissesse qualquer coisa).

— E' que eupreciso duma declaração dela, porque sinão terei eu que pagar o concerto. (Ponderou o rapaz).

— Lá essa não seja a duvida. (Retrucou ainda o marido, puxando um cartão da carteira e fazendo a declaração que havia sido pedida á esposa).

O rapaz agradeceu e foi postarse ao lado do motorista, a quem, numa parada, segredou:

— Estás a «bêire» aquela mocinha tão bonitinha, alí no quarto banco á esquerda, do lado da janela, toda enfatuada?

— Estou sim; que é que ha com ela?

— E' pena, coitadinha!... (Continuou o trocador) Tão bonitinha, mas não sabe «escrevêre»!...

Figura 24: CARETA, dez. 1938, v. 1590, p. 42.

A Figura 25 mostra a história de Timbira que, “embora analfabeto, é prestimoso”. Já se pode observar nesta frase o preconceito contra os iletrados, devido ao uso da conjunção “embora”, que deixa a entender que todo analfabeto era preguiçoso. Mas Timbira era uma contradição, ele era analfabeto e prestimoso. A narrativa se segue com um favor que o Senhor Emilio, proprietário da fazenda, lhe pede. O favor é para que ele busque no pasto um cavalo para o dono das terras emprestar a um amigo. Timbira vai buscá-lo, mas retorna trazendo consigo uma égua. Ao ver o engano, o Senhor Emilio se enfurece e o chama de estúpido. Timbira responde que teve boa vontade de ir buscar, “mas o ‘sinhô’ sabe qu’eu não sei ‘lê’”, usando, em sua

frase coloquial e caipira, o fato de não saber ler como desculpa do equívoco que cometeu. No título, usa-se “*analfabetice*” para falar da “burrice” do Timbira, como se todos os analfabetos fossem pessoas incapazes de fazer qualquer tarefa, pelo fato de não saber ler nem escrever.

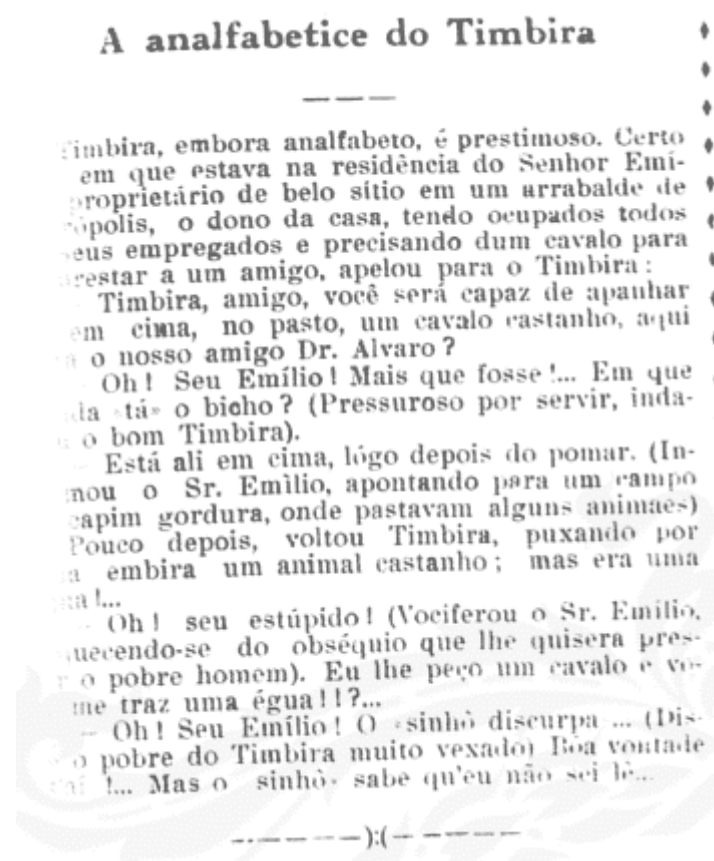


Figura 25: CARETA, fev. 1939, v. 1600, p. 46.

O último texto coletado na análise da revista *Careta* (Figura 26), “Na campanha contra o analfabetismo”, conta a história de Dona Eponina, uma “caridosa senhora”, que fundou uma escola gratuita para a educação de adultos. Percebe-se a educação de jovens e adultos era vista como caridade. O nome da protagonista é algo curioso, pois Eponina vem do latim e significa “deusa que cuida dos equinos” e sabe-se que os “burros”, adjetivo pejorativo utilizado para caracterizar aquele que não sabe ler nem escrever, fazem parte da família dos equinos. O desenrolar da piada ocorre durante uma aula em que a professora ensina o nome das árvores frutíferas. Quando ela pergunta o nome da árvore que fornece a noz, um aluno, descrito como “um caipira bem

taludo” – caracterização preconceituosa, pois insinua que os caipiras são analfabetos – responde que quem “dá nós é *muié*”.

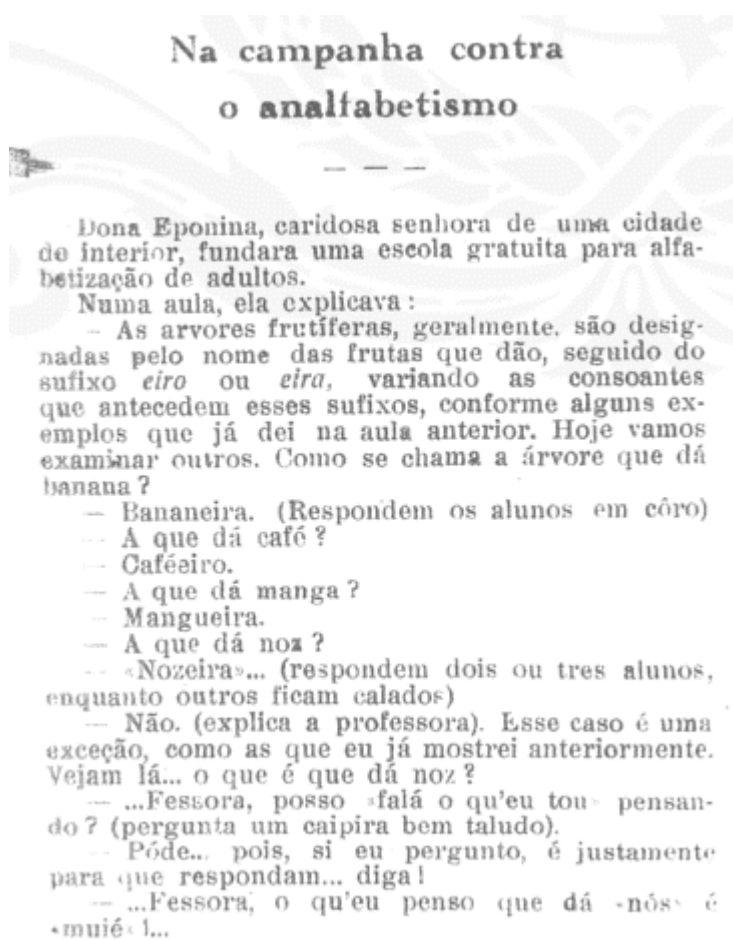


Figura 26: CARETA, mai. 1939, v. 1613, p. 48.

Após a análise de todo o material recolhido da revista *Careta* nos anos de 1931 a 1939, pudemos constatar que muita atenção foi dada ao fato de o Brasil possuir um alto índice de analfabetismo. Essa questão foi amplamente veiculada pela revista, tanto ao satirizar o analfabeto quanto ao fazer agudas críticas às políticas públicas de educação da época. Ou seja, o semanário veiculou tanto representações das classes populares quanto críticas ao governo.

Considerações finais

O trabalho de pesquisa realizado até o presente momento não encerra o amplo período proposto no projeto inicial. No entanto, o intervalo temporal indicado para ser examinado visando à confecção do relatório final foi efetivado: toda a década de 1930 foi analisada no que tange à esfera do analfabetismo veiculada pela revista *Careta*.

Tendo em vista que a revista circulou até 1960, seria de suma importância percorrer os números posteriores. No entanto, ao longo desse um ano de pesquisa, devido à grande quantidade de revistas e à densidade das fontes encontradas, foi possível trabalhar até o ano de 1939, contemplando o exame de 1080 exemplares.

A pesquisa bibliográfica também teve fundamental importância nesse processo de análise do objeto de pesquisa, levando em conta que os textos teóricos lidos abrangem a questão do analfabetismo no Brasil e da história da educação, não deixando de lado o valor que a imprensa desempenhou na nossa sociedade.

Diante do exposto neste relatório, bem como dos resultados apontados no relatório anterior, percebe-se que a história da educação é importante para ver as relações sociais. No que se refere à nossa temática, vimos como a educação interferiu na esfera social e como a falta dela produziu fortes ondas de preconceito, endossadas pela mídia, a qual veiculava uma imagem estigmatizante daquele que não sabia ler e contribuía para que crescesse, concomitantemente, o preconceito por parte da população.

A pesquisa de Iniciação Científica, ao longo desse ano, permitiu a avaliação, através das imagens, de um longo período, 1915 a 1939, o que permitiu identificar o tratamento dado por setores da imprensa às mudanças educacionais que então se processaram.

Observou-se que o prestígio pelo ser alfabetizado foi sendo incorporado na mente de todos por meio da maior preocupação dada à educação, como

relatado no presente relatório. O estudo da alfabetização da população, aliado ao estudo dos contextos sociais em que ocorria, permite que analisemos os índices e, no caso deste projeto, o teor crítico das imagens e textos veiculados na revista *Careta*.

As novas visões em relação à educação e à escola passaram a configurar-se como meios catalisadores da ascensão social de um indivíduo, ligadas à ideia de prestígio e regeneração da população. Devido a isso, observa-se uma intensificação das críticas relacionadas à educação, o que contribuiu ainda mais para estigmatizar a figura do analfabeto, representado como caipira, sujo e pobre. Essas caricaturizações do iletrado retiradas das páginas da revista permitiram maior conhecimento das visões sobre o analfabeto, a educação e a escola.

Referências Bibliográficas

DALLABRIDA, Norberto. *A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário*. Revista Educação: Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ ago. 2009.

FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de. BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926 – 1996)*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____ (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 111-142.

LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura.” In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 289-312.

MARTINS, Ana Luiza. “Páginas revisteiras modernistas: letra e imagem”. In: LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 231 – 254.

MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *História da educação e memórias de professores*. Campinas: Revista HISTEDBR, online, n. 43, p. 268-284, set. 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Monica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Marco Antônio da. "História: um lugar da caricatura". In: LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 357-366.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. *Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil*. Campinas: Revista HISTEDBR, online, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. "Percepções do moderno: As revistas do Rio de Janeiro". In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 312-331.

_____. "Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República". In: LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 211-230.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. *História da educação, fontes e a imprensa*. Campinas: Revista HISTEDBR, online, n. 40, p. 60-71, dez. 2010.